

RELATÓRIO DE GESTÃO
SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
CONTAS DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAGUAÇU
EXERCÍCIO DE 2022

O relatório evidencia os resultados alcançados pela Administração Pública Municipal, no exercício de 2022, das contas do Fundo Municipal de Saúde, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.

O Orçamento do exercício financeiro de 2022 foi executado em consonância aos dispositivos legais e suas alterações, atendendo:

Normas e Princípios de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

Lei Municipal nº. 1.818, de 05 de novembro de 2021(Plano Plurianual 2022/2025)

Lei Municipal nº. 1.820, de 02 de dezembro de 2021 - (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

Lei Municipal nº.1.823, de 08 de dezembro de 2021 - (Lei Orçamentária Anual)

Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN

1- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- ORÇAMENTO

O orçamento aprovado para o exercício de 2022, através da Lei Municipal nº. 1.823 de 08 de dezembro de 2021 estimou a receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.682.500,00 e fixou a despesa em R\$ 10.842.949,00.

1.2- RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Detalhamento	Orçada Atualizada	Arrecadada	Diferenças		Variação %
			Para (+)	Para (-)	
Receitas Correntes	4.995.012,88	5.278.618,27	283.605,39		5,68
Receita Patrimonial	154.837,72	522.278,35	367.440,63		237,31
Transferências Correntes	4.168.974,22	4.755.088,92	586.114,70		14,06
Da União	4.128.974,22	4.712.890,92	583.916,70		14,14
Atenção Primária	2.958.418,08	3.451.774,09	493.356,01		16,68
Atenção Especializada	660.000,00	907.626,06	247.626,06		37,52
Vigilância em Saúde	130.000,00	246.196,15	116.196,15		89,38

Assistência Farmacêutica	130.000,00	103.336,68		26.663,32	-20,51
Gestão do SUS	10.000,00	3.957,94		6.042,06	-60,42
Outros Programas do SUS	240.556,14	0,0	0,00	240.556,14	-100,00
Convênios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	-100,00
Do Estado	20.000,00	42.198,00	22.198,00		110,99
Recursos do SUS – Farmácia Básica	10.000,00	42.198,00	32.198,00		321,98
Convênios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	-100,00
Outras Receitas Correntes	671.200,94	1.251,00		669.949,94	-99,81
Receitas de Capital	76.000,00	1.466.844,00	1.390.844,00		1.830,06
Alienação de Bens	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	-100,00
Transferências de Capital	75.000,00	1.466.844,00	1.391.844,00		1.855,79
Total	5.071.012,88	6.745.462,27	1.674.449,39		33,02

A Receita orçamentária apresentou um superávit de arrecadação de R\$ 1.674.449,39 representando 33,02% em relação a Receita Prevista Atualizada. A RC teve elevação 5,68% enquanto que a Receita de Capital não teve arrecadação de R\$ 1.390.844,0, superando em 1.830,06% em relação a receita estimada.

2- DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.1- CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Foi aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº. 1.775/2020 abertura de crédito adicional suplementar até o limite de 10,00% da despesa fixada. Face à insuficiência de saldo para atender a demanda das despesas orçamentárias, foi aprovado a Lei Municipal nº. 1.783/2021 alterando o limite para até 50,00% da despesa fixada.

Os créditos adicionais foram abertos por Decretos do Poder Executivo, conforme segue abaixo:

2- DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.1- CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Créditos Orçamentários Abertos por Fonte de Recursos	Valor (R\$)	%
Anulação de Dotação Orçamentária	5.689.022,16	55,44
Superávit Financeiro	2.134.406,22	20,80
Recursos de Convênios	3,55	0,00
Excesso de Arrecadação	1.388.512,88	13,53
Suplementação por Anulação de Outra UG.	1.050.547,11	10,24
TOTAL	10.262.491,92	100,00

Inicialmente foi aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº. 1.823/2021 abertura de crédito adicional suplementar até o limite de 50,00% (cinquenta por cento) do total do orçamento para 2022.

Face à necessidade de atender as demandas das despesas orçamentárias, foram aprovadas as seguintes Leis Municipais, visando à abertura de créditos suplementares e especiais, conforme segue:

- Lei Municipal nº. 1.852, de 06 de junho de 2022 – abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 17.400,00 para a realização do Termo de Fomento com a Associação Alberque Martim Lutero-AAML.
- Lei Municipal nº. 1.859, de 20 de setembro de 2022 – altera a Lei nº. 1.823/2022 e passa autorizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar até o limite de 62,00% do total do orçamento para 2022;
- Lei Municipal nº. 1.863, de 21 de novembro de 2022 – Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar até o montante de R\$ 4.032.394,48.
- Lei Municipal nº.1.864, de 29 de novembro de 2022 – altera o art. 6º , alínea “” da Lei nº. 1.823/2021 com a seguinte redação: a)-atender a insuficiência de dotações do grupo de pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de dotações orçamentárias”;
- Lei Municipal nº. 1.865, de 30 de novembro de 2022 no valor de R\$ 302.663,95;
- Lei Municipal nº. 1.875, de 27 de dezembro de 2022 – abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.206,62, visando garantir a manutenção de assistência prestada pela Secretaria Municipal de Saúde a população do município;
- Lei Municipal nº. 1.876, de 27 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 411.300,00.

Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício atingiram o montante de R\$ 10.262.491,92. Desse total devem ser expurgados os créditos suplementares abertos com recursos de convênios no montante de R\$ 3,55 e de suplementações realizadas mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de dotação consignada ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 1.560.422,76, conforme listagem de créditos adicionais, para fins de apurar o percentual aplicado, conforme dispõe o Artigo 6º, Parágrafo Único, alínea “a” “c” da Lei Orçamentária Anual nº. 1.823/2021.

2.2- DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

<u>Especificação</u>	<u>Dotação Inicial</u>	<u>Dotação Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
Despesa Corrente	10.300.449,00	14.173.835,82	13.793.394,03	13.792.279,14	13.247.210,37
Despesa de Capital	542.500,00	1.242.582,94	1.113.051,98	1.113.051,98	852.761,48

Total	10.842.949,00	15.416.418,76	14.906.446,01	14.905.331,12	14.099.971,85
--------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

2.3 – DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

<u>Grupo de Natureza da Despesa</u>	<u>Dotação Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
Pessoal e Encargos Sociais	6.008.633,03	5.929.154,35	5.929.154,35	5.843.196,22
Outras Despesas Correntes	8.165.202,79	7.864.239,68	7.863.124,79	7.404.014,15
Investimentos	1.242.582,94	1.113.051,98	1.113.051,98	852.761,48
Total	15.416.418,76	14.906.446,01	14.905.331,12	14.099.971,85

2.4 – DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO DE GOVERNO

	<u>Função de Governo</u>	<u>Despesa Orçada Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
10.122	Administração Geral	4.307.882,92	4.078.136,53	4.077.256,93	3.940.247,35
10.301	Atenção Básica	5.360.800,94	5.128.604,08	5.128.604,08	4.752.993,84
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.624.358,02	4.585.157,64	4.585.157,64	4.486.976,35
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	798.537,41	790.868,59	790.864,70	599.193,54
10.304	Vigilância Sanitária	303.919,97	302.759,67	302.759,67	299.872,67
10.305	Vigilância Epidemiológica	20.919,50	20.919,50	20.688,10	20.688,10
Total		15.416.418,76	14.906.446,01	14.905.331,12	14.099.971,85

Os quadros da despesa mostra que a Despesa Corrente atingiu 92,53% do total executado, sendo representado pelo grupo de pessoal 39,78%. Já a despesa de capital atingiu apenas 7,47%. A posição orçamentária evidencia um saldo orçamentário de R\$ 509.972,75 e a inscrição de Restos Pagar Processados no montante de R\$ 805.359,27 e Restos a Pagar Não Processados no montante de R\$ 1.114,89.

3- EXECUÇÃO FINANCEIRA

Saldo do Exercício Anterior		5.221.106,72
(+) Ingressos no Exercício		16.937.308,57
Orçamentária	6.745.462,27	
Extraorçamentária	1.867.063,98	
Transf. Financeira Recebida	8.324.782,32	
(-) Dispêndios Efetuados		16.281.507,67
Orçamentária	14.906.446,01	
Extraorçamentária	1.375.061,66	
Transf. Financeira Concedida	0,00	
(=) Saldo em espécie p/ o Exercício Seguinte		

Receita Orçamentária	6.745.462,27
Despesa Orçamentária Realizada	14.906.446,01
Déficit da Execução	(8.160.983,74)

Saldo do Exercício Anterior	5.221.106,72
(+) Receita Extraorçamentária	1.867.063,98
(+) Transf. Financeira Recebida	8.324.782,32
(-)Extraorçamentária	1.375.061,66
(-)Transf. Financeira Concedida	0,00
(=) Saldo Financeiro Extraorçamentário	14.037.891,36

Saldo Financeiro Extraorçamentário	14.037.891,36
(-) Déficit da Execução	(8.160.983,74)
(=) Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte	5.876.907,62

O Fundo Municipal de Saúde iniciou o exercício apresentando uma disponibilidade financeira de R\$ 5.221.106,72 e após toda a movimentação realizada de arrecadação e de execução de despesa, registrou ao final do ano de 2022 um saldo financeiro para o exercício seguinte de R\$ 5.876.907,62 e um Déficit de Execução Orçamentária da ordem de R\$ 8.160.983,74, evidenciado no Balanço Orçamentário.

4- MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR E CONSIGNAÇÕES

Especificação	Saldo Ant..	Inscrição	Baixa	Saldo Atual
Restos a Pagar Processado	399.370,92	805.359,27	396.100,92	808.629,27
Restos a Pagar Não Processado	1.254,42	1.114,89	0,00	2.369,31
Depósitos e Consignações	1.842,95	982.005,62	890.671,83	93.176,74
Total	402.468,29	1.788.479,78	1.286.772,75	904.175,32

O quadro mostra que houve pagamento (baixa) de Restos a Pagar Processado de exercícios anteriores no total de R\$ 396.100,92 e a inscrição no exercício de 2022 de R\$ 805.359,27, resultando no saldo atual de R\$ 808.629,27. Os Restos a Pagar Não Processados acumulou ao final do exercício o saldo de R\$ 2.369,31. Quanto às consignações ficou o saldo de R\$ 93.176,74, referente saldo a pagar de INSS-SERVIDORES retidos em folha de pagamento e um saldo de R\$ 1.155,76 referente a ISS retido de prestadores de serviços e não repassado a Prefeitura Municipal.

5 - GESTÃO PATRIMONIAL

5.1- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quociente do resultado das variações patrimoniais

<u>Variações Patrimoniais Aumentativas</u>	<u>Variações Patrimoniais Diminutivas</u>	<u>Resultado Patrimonial</u>
15.512.365,83	14.180.325,00	1.332.040,83

O resultado das variações patrimoniais do Fundo de Saúde indica um Superávit Patrimonial do exercício de R\$ 1.332.040,83.

5.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

<u>A T I V O</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>P A S S I V O</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	10.454.543,38	9.789.047,28	Circulante	901.806,01	401.213,87
Disponível	5.876.907,62	5.221.106,72	Fornecedores e Contas a Pagar	722.671,14	399.370,92
Caixa e Equivalente de Caixa	5.876.907,62	5.221.106,72	Demais Obrigações	93.176,74	1.842,95
Demais Créditos	4.569.334,93	4.559.639,73	Patrimônio Social	17.286.125,44	15.959.828,98
Estoque	8.300,83	8.300,83	Superávits e/ou Déficit do Exercício	1.332.040,83	2.627.485,68
Não Circulante	7.733.388,07	6.571.995,57	Superávits e/ou Déficit de Exercícios Anteriores	15.970.901,29	13.343.415,61
Investimentos	633.223,35	126.851,93	Ajuste de Exercícios Anteriores	(16.816,68)	(11.072,31)
Imobilizado	7.100.164,72	6.445.143,64			
Bens Móveis	3.792.562,81	2.726.510,83			
Bens Imóveis	4.361.230,15	4.361.230,15			
Depreciação Acumulada	(1.053.628,24)	(642.597,34)			
TOTAL	18.187.931,45	13.362.486,47		18.187.931,45	16.361.042,85

O Fundo Municipal de Saúde de Itaguaçu apresenta um Ativo Circulante de R\$ 10.454.543,38 apurados pelo resultado da soma do saldo disponível em caixa, demais créditos e saldo de estoque.

O Ativo Não Circulante apresenta um saldo de investimento de R\$ 633.223,35 bem como um saldo de Imobilizado da ordem de R\$ 7.100.164,72, no qual R\$ 3.792.562,81 refere-se a Bens Móveis e R\$ 4.361.230,15 a Bens Imóveis, assim como Depreciação, Exaustão e Amortização no montante de R\$ 1.053.628,24.

O Passivo acumula um saldo devedor de R\$ 901.806,01, representado pela inscrição de Restos a Pagar Processado no exercício de R\$ 808.629,27 e por débito de consignação de INSS-SERVIDORES retidos em folha de pagamento e ISS retido de prestadores de serviços, totalizando saldo devedor de consignação o valor de R\$ 93.176,74.

O Fundo de Saúde encerrou o exercício de 2022 com um saldo patrimonial positivo de R\$ 1.332.040,83 e ao final do exercício registrou um patrimônio líquido de R\$ 17.286.125,44, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial.

O resultado da movimentação em almoxarifado, mostra claramente que todos os produtos adquiridos no exercício de 2022, tiveram entrada e saída imediata, visto que o saldo atual manteve-se o mesmo apurado ao final do exercício de 2021.

5.3 - RESULTADO FINANCEIRO

5.3.1 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Especificação	Valor R\$
1- Ativo Financeiro	5.887.016,24
2- Passivo Financeiro	904.175,32
1-2 = Resultado Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	4.982.840,92
Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	210,61
Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Estadual	299.988,58
Recursos de Transferências do SUS (Bloco de Custeio da Saúde)	2.732.421,90
Recursos de Transferências do SUS (Bloco de Investimento da Saúde)	1.991.665,36
Transferências de Convênios Vinculados a Saúde	0,00
Outros Recursos Vinculados a Saúde	8.336,11
Royalties do Petróleo Vinculados a Saúde	(107.677,01)
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	36.705,89
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	21.189,48
Resultado Financeiro por Fonte de Recursos	4.982.840,92

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resultou um Superávit Financeiro de R\$ 4.982.840,92 em compatibilidade com o resultado financeiro por fonte de recursos. Ao confrontar as disponibilidades financeiras apuradas em 31/12/2022 frente às obrigações financeiras, deixa claro o equilíbrio das contas públicas do Fundo de Saúde.

6 - DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

6.1 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/2000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e	Receita
--	----------------

Legais	Realizada
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.766.137,08
Receita Resultante de Impostos Predial e Territorial - IPTU	446.170,41
Receita Resultante de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	442.117,12
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.191.141,80
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	686.707,52
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.278.301,19
Cota-Parte FPM	22.380.686,54
Cota-Parte ITR	15.336,05
Cota-Parte IPVA	1.005.148,70
Cota-Parte ICMS/FUNDAP	14.729.767,70
Cota-Parte IPI-Exportação	147.362,20
Total das Receitas p/ Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	41.044.438,27

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde por Sub Função Computadas no Cálculo do Mínimo	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Atenção Básica	667.857,76	667.857,76	666.027,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.547.076,19	3.547.076,19	3.469.758,58
Suporte Profilático e Terapêutico	599.875,03	599.871,14	421.013,50
Vigilância Sanitária	26.884,90	26.884,90	26.884,90
Vigilância Epidemiológica	3.324,40	3.324,40	3.324,40
Outras Subfunções	3.653.825,37	3.652.945,77	3.609.793,14
TOTAL	8.498.843,65	8.497.960,16	8.196.802,28
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a Ser Aplicada	2.342.177,91	2.341.294,42	2.040.136,54
Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Aplicados em ASPS (Lei nº. 141/2012)	20,71%	20,70%	19,97%

O Fundo de Saúde de Itaguaçu segue o limite mínimo obrigatório constitucional que é de 15% no qual representa o montante de R\$ 6.156.665,74 sobre os recursos de impostos e transferências constitucionais arrecadados, entretanto a despesa realizada LIQUIDADADA atingiu o montante de R\$ 8.497.960,16, ou seja, aplicou percentual real de 20,70%, perfazendo um superávit de aplicação de R\$ 2.341.294,42.

Município de Itaguaçu-ES, 24 de março de 2023.

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

